

A gestão de documentos como pilar principal para a expansão do acesso aos documentos de arquivo (720p, h264)

Transcribed by [TurboScribe.ai](#). [Go Unlimited](#) to remove this message.

Luiz Fernando Duarte de Almeida, coordenador de gestão documental do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, que mediará os trabalhos. Convidamos também os expositores, doutor Renato Tarcísio, professor adjunto do curso de arquivologia e do programa de pós-graduação em Ciência da Informação e vice-diretor da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Doutor Renato Tarcísio abordará o tema, a gestão de documentos, como pilar principal para a expansão do acesso aos documentos de arquivo.

E convidamos também a doutora Ingrid Slivka, juíza federal da Quinta Vara Federal de Porto Alegre, representante do Conselho da Justiça Federal, no comitê do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário, pronome do Conselho Nacional de Justiça. É membro da Câmara Setorial de Arquivos do Poder Judiciário, no CONARC, consultora de gestão documental na sessão judiciária do Rio Grande do Sul e da Casa Publicadora das Assembleias de Deus do Tribunal Regional Federal, da Quarta Região, e ela falará sobre o tema Políticas Públicas para Arquivos do Poder Judiciário. Bom, agora, nesse momento, eu me considero uma pessoa feliz também e realizada, porque na arquivística contemporânea, eu tenho dois personagens que me são, assim, muito importantes e que me ajudam a fazer as reflexões que nós precisamos.

O professor Renato Tarciso, da UNB, uma pessoa extraordinária, tive a grata satisfação de trabalhar com ele no MPF, num convênio que foi feito um trabalho, e eu acho que trabalhar com ele todos os dias é sempre um aprendizado bastante rico, intenso. E a doutora Ingrid é uma pessoa, assim, fantástica também, tanto pelo fato de atuar e falar, fazer a gente refletir sobre as políticas públicas, as expulsões que a gente vê ela falando no pronome, a gente, eu fico até, eu entendo que são verdadeiras aulas os comentários que ela faz no CONARQ, então, eu acho que aqui a gente tem goiabada com queijo, para a gente passar esse fim de tarde fazendo reflexões extremamente importantes nesse eixo que todos já sabem que é a visão de futuro, falar sobre política, falar sobre gestão documental, com essa perspectiva futura. Tenho certeza que todos sairemos daqui, além das palestras já feitas hoje, certamente nós vamos sair daqui mais ricos em relação ao conhecimento que a gente tem.

Bom, a doutora Ingrid, ela representa o Conselho de Justiça Federal, junto ao CNJ, só para fazer um painel, é membro da Câmara Setorial de Arquivos do Poder Judiciário, o CONARQ, eu diria que é um peso pesado, não é, Rafael? Trabalhar com ela é muito bom. Ela é consultora de gestão documental e na CEPAD, o TRF da Quarta, está envolvida com a prática também, porque às vezes a pessoa teoriza e não tem a visão, muitas vezes, do

resultado do que está propondo. E já foi promotora de justiça lá no Estado de São Paulo e no Rio Grande do Sul.

Ela escreveu artigos na área de arquivo e eu vejo que o que ela vai tratar para a gente é algo bem expressivo, em termos de políticas públicas. Já o professor Renato, que é o nosso Renato Tarciso, ele é graduado em História pela Universidade de Brasília, mestrado em Biblioteconomia e Documentação, também pela UnB, doutorado em História Social, por São Paulo, atualmente é professor associado do curso de Arquivologia e do programa de pós-graduação em Ciência da Informação, aqui da UnB, e vice-diretor da faculdade, como o colega já mencionou. Ou seja, eu acho que eu passaria também dando uma palestra só para falar do currículo dessas duas personalidades.

Então eu agora deixo, vamos começar pela ordem da programação, o nosso querido professor Renato, fazer a exposição dele, em seguida a doutora Ingrid fará a dela. Esse trabalho que eu vou apresentar para vocês, na verdade, é uma trajetória de pesquisa, essa pesquisa não está encerrada, ela está, acho que num bom momento, mas eu acho que a gente ainda tem muito caminho pela frente, e ela é resultado de um encontro muito feliz que eu tive na minha vida, que foi com o professor Rogério Henrique de Araújo Júnior, que vai estar aqui, acho que amanhã, fazendo uma oficina. Eu até estava, a doutora Ingrid estava falando aqui embaixo, há pouco, de uma viagem que ela fez, e ela teve que trabalhar, quer dizer, não conseguiu adiantar um voo e ficou no aeroporto trabalhando, e eu também, em um tempo desse, aconteceu alguma coisa parecida comigo, e eu comprei uma revista, e tinha uma entrevista, tinha uma matéria falando sobre o encontro do John Lennon com a Yoko Ono, e falando como aquele encontro foi importante, não só do ponto de vista de um encontro de um homem com uma mulher, mas um encontro intelectual que houve ali, um encontro de almas, um encontro tal.

Então, assim, termina a matéria dizendo que todo mundo deveria ter uma Yoko Ono, e eu falei isso para o Rogério, Rogério, você é meu Yoko Ono. Ele não, mas assim, porque eu consegui me completar com ele do ponto de vista intelectual, porque eu sou especialista, quer dizer, sou especialista, eu tenho alguns anos que estou estudando sobre classificação, e ele trabalha com indexação. Então, esse trabalho que eu vou falar para vocês é essa junção, exatamente, da classificação com a indexação.

E esse é um projeto grande, ele é meio ambicioso, porque o que a gente quer chegar ao final dele é com a classificação e indexação automática de documentos em um ambiente completamente nato digital. Então, a gente está, não sei se a gente vai conseguir, não, mas a gente quer chegar nesse ponto que é fazer a classificação e a indexação automática de documentos a partir de uma fundamentação completamente arquivística para isso. Então, esse trabalho, só que esse trabalho, ele tem caminhado e ele vem junto com outras pesquisas.

Por exemplo, eu encontrei aqui o Tales, acho que está ali em cima, que participou, eu

coordenei um projeto de iniciação científica do qual ele participou, que também mexe, que participa dessa nossa trajetória. Então, eu fico com medo de ficar citando nomes, porque acabo esquecendo um pouco de algumas pessoas, mas, assim, lembre-se que, na minha mente, todas essas pessoas estão representadas, eu só não vou conseguir lembrar de todas agora. Mas, para não cometer nenhuma injustiça, eu tenho feito isso.

Então, eu organizei isso, eu apresentei há um mês atrás esse trabalho no Congresso de Arquivologia do Mercosul. Ele tem algumas diferenças, mas é basicamente a mesma ideia. Então, eu vou partir de um problema, vou fazer uma pergunta, fazer algumas considerações e apresentar uma proposta de trabalho que a gente está desenvolvendo.

Bom, qual é o problema? Existe uma questão, se fala muito aqui no Brasil de desperdício. Desperdício de água, que agora está na moda, desperdício de energia, desperdício de material de construção, desperdício de alimentos. Inclusive, saiu uma matéria há duas, três semanas atrás, falando sobre como se desperdiça alimentos nesse país, e a gente esquece de falar como a gente desperdiça informação.

Então, eu tentei representar, eu não sou muito bom para isso, para questões gráficas, mas o que eu quis representar ali naquele desenho? Na verdade, é o seguinte. Quanto das informações que estão nos documentos que nós produzimos e recebemos diariamente, nós efetivamente aproveitamos? Para quê? Para tomar uma decisão ou para garantir direitos e deveres? Quanto disso? Ali não tem um julgamento de valor, mas eu tenho a impressão que eu até fui muito generoso com a quantidade, uma representação da quantidade do que a gente aproveitaria. Eu acho que é muito menos.

Então, esse é o problema. Nós desperdiçamos informação. É claro que parte dessa informação que nós produzimos e recebemos é lixo puro.

Então, perdê-la não vai, mas não é esse o aspecto. Parte disso é importante, a gente poderia usar e não utiliza. Eu tenho um exemplo que é até da... Eu e o Rogério.

O meu parceiro. Ele me perguntou uma vez, por que você me chamou de Yoko Ono? Eu falei, porque quem contou a história fui eu, e eu tenho o direito de escolher qual personagem que eu vou fazer. É simples.

Ele ficou meio aborrecido com isso, ele não engoliu isso até hoje, mas tudo bem. Olha só, nós estávamos dando um curso para distribuidores da Justiça, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. E aí um distribuidor falou assim, professor, toda segunda-feira... Ele é de uma área aqui do Distrito Federal.

Ele falou, toda segunda-feira, o que chega mais aqui é pedir... Como é que se diz? Gente, eu estou com o pessoal da Justiça, vocês têm que me ajudar. O que o distribuidor recebe? A petição. Nós recebemos aqui petições sobre violência doméstica.

É o que mais acontece aqui na segunda-feira. Isso ele sabe, não é porque o sistema

informou, é da percepção dele daquele momento. Aí eu fiquei pensando, gente, essa informação está sendo perdida.

Porque se a gente pudesse aproveitar essa informação, essa informação teria que ir para a Secretaria de Segurança, essa informação teria que ir para uma Secretaria Especial de Política das Mulheres. Por quê? Para se fazer ações públicas de sentido, olha, se aquela região é a região que mais acontece aquele tipo de coisa, por que não pode ter uma ação conjunta do Estado no sentido de mitigar esse tipo de situação? Ou seja, o que ocorre? O cara passa o final de semana, bebe, chega em casa e bate na mulher e bate no filho. É isso que é efetivo, de forma nua e crua, é isso que está acontecendo.

Ora, se isso está acontecendo, por que o Detrano vai fazer a tolerância zero do álcool ali naquela região ali próxima? Então, eu fiquei pensando nisso, e quantos casos desses nós temos? Essa informação se perdeu. Essa informação ficou só no conhecimento tátil do operador lá da Justiça e acabou. Bom, esse desperdício, ele provoca dificuldade de garantir direitos e deveres, perda de qualidade nos serviços, demora na tomada de decisão ou decisões equivocadas, insegurança quanto às rotinas a serem seguidas e um alto custo social invisível e não mesurado.

Eu vou contar uma história mais banal para vocês. Aquele cidadão que chega em um serviço público e pede uma informação e dizem para ele assim, olha, o senhor trouxe a identidade autenticada? Não, não trouxe. Então, se o senhor não trouxe, eu não posso fazer aqui o que o senhor quer que eu faça.

A pessoa gasta R\$4 para ir em casa, pegar o documento, vai ao cartório, autentica aquele documento, paga lá R\$4 ao cartório, mas R\$4 para voltar para o serviço, só nisso ele gastou R\$12. Eu acho que R\$12 para qualquer um aqui não vai fazer muita diferença, mas para a maior parte da população brasileira, isso é um custo altíssimo. Então, aí ele chega lá e descobre que não precisaria ter levado, porque a pessoa que o atendeu deu uma informação errada para ele por conta desse nosso desperdício de informação.

Entenderam? Então, é sobre isso, o alto custo social está vinculado exatamente a isso. Então, a pergunta que eu faço é a seguinte. Então, eu tenho um problema e vou para uma pergunta em relação a esse problema.

É possível aproximar a gestão de documentos da gestão da informação para otimizarmos o uso da informação contida nos documentos de arquivo das organizações públicas e privadas brasileiras? Então, para tentar responder essa pergunta, partimos para algumas considerações que nós vamos fazer, que é a terceira parte da minha exposição, que são essas considerações. A primeira é a seguinte, que as limitações de acesso à informação são de três ordens, legal, político-social e técnica. Os aspectos legais eu não vou tratar, eu acho que nem seria a pessoa mais adequada para isso.

Os aspectos políticos e sociais também eu não sou a melhor pessoa para tratar. Onde eu posso mexer com isso é exatamente nos aspectos técnicos. Então, o que eu vou falar é sobre esse ângulo, do aspecto técnico do acesso à informação.

E aí nós vamos para a lei de acesso à informação. Quando você vai no artigo 7º e vê o que a lei compreende como informação, das sete indicações que ela faz, seis se referem a informações que estão contidas ou no documento de arquivo ou no conjunto de documentos de arquivo. Ou seja, então, essa lei de acesso à informação, na verdade, é a lei de acesso aos arquivos.

Então, essa é outra compreensão. O acesso, que é a consideração 3, de acordo com o Conselho Internacional de Arquivos, é a disponibilidade de documentos para consulta, que é resultado ou de uma autorização legal ou de um instrumental arquivístico. Aí é uma inserção minha, plano de classificação, a indexação e instrumentos de pesquisa.

A consideração 4. Nosso instrumental arquivístico, a classificação e a indexação, tem sido nosso calcanhar de Aquiles, pois exige de quem opera esses dois instrumentos um nível de abstração muito alto, e que nem sempre as pessoas conseguem ter. A outra questão é que esse instrumental, na maior parte das vezes, ele é elaborado instintivamente, intuitivamente, e não de forma técnico-científica. Então, por isso que eu chamo de calcanhar de Aquiles do nosso problema.

A consideração número 5 é que o arquivo, ele é parte considerável da base de conhecimento da organização. Se nós tomarmos a base de conhecimento de uma organização, a gente vai perceber que uma parte dessa base de conhecimento está fora da organização, então a gente tem pouco controle sobre isso. A maior parte dessa base de conhecimento está exatamente dentro da organização.

Ou ele está como conhecimento documentado, ou seja, documento registrado, ou como conhecimento táctil, uma parte dele é conhecimento táctil. Acontece que quando esse conhecimento táctil se tornar explícito, ou seja, se tornar um conhecimento documentado, ele vai ser o quê? Ele vai ser arquivo. Se eu levar em consideração que a maior parte do conhecimento documentado é arquivo, então eu posso afirmar que a maior parte da base de conhecimento de uma organização está no próprio arquivo.

Ok? Então eu parto daí. Uma outra consideração que é fundamental para o trabalho, para a proposta que a gente vai fazer no final, é a seguinte, o Cruz Mundê, ele diz que para uma informação ser considerada arquivística, ela tem que atender a três condições simultâneas. Então ele fala que a informação tem que ser interna, a informação tem que ser previsível e a informação tem que ser regulada.

E essa característica em particular nos interessa, pois ela é parte da estruturação da solução que nós vamos construir. Então por isso que eu volto a isso. E aí a gente tem que entender também que parte importante do que a gente produz e recebe

diariamente é uma mera formalidade administrativa.

Então eu achei essa classificação, o que eu achei interessante, é de uma tese de doutorado defendida em Portugal, que fala de classes de informação, que é a informação crítica, a informação mínima e a informação potencial, que, segundo o autor, valeria um esforço de organização na busca e preservação. E tem a informação lixo, que não serve para nada. Então, olha só, de novo, desculpe a falta de criatividade nos desenhos, nas imagens, mas olha só, nós produzimos um grande lixo informacional, isso é uma verdade, mas dentro desse lixo informacional nós temos um tesouro a explorar, que nós não exploramos.

E esse lixo informacional, na verdade, eu estou cada vez mais convicto de que ele é mais resultado de questões procedimentais, ou seja, nossos procedimentos são equivocados. Eles sendo equivocados, nós vamos gerar documentos equivocados, ou seja, lixo. Então parte dos nossos problemas não são arquivísticos, são problemas organizacionais, que refletem, acabam refletindo, diretamente nos arquivos.

Bom, outra coisa importante que nós temos trabalhado é o seguinte, que nós observamos uma certa desigualdade na importância, tanto do conteúdo como do tempo de guarda, dos documentos de arquivo. E aí eu lembro, juntando a consideração 8 com a consideração 7 que eu tinha feito, que é essa do lixo informacional, eu posso afirmar, tomando um debate que eu tive com uma das minhas filhas, quando ela disse que nós éramos iguais, eu e ela, e eu fiquei dois dias pensando sobre essa frase dela, e como eu fiz história, então isso mexeu muito comigo, e eu falei para ela assim, olha, jamais nós podemos ser iguais, porque nós temos responsabilidades diferentes. Então, a maior desigualdade é igualar coisas que são diferentes.

Então, eu falo a mesma coisa para os documentos. Os documentos também são diferentes, e nós precisamos tratá-los de uma maneira diferente, mínima, uma maneira mínima, mas com a diferença pela qualidade que ele pode apresentar. Bom, a consideração número 9 é que o aprofundamento da automatização é cada vez mais necessário para o tratamento e recuperação da informação contida nos documentos de arquivo.

É impossível, nesse volume que nós trabalhamos hoje, não contar com a automatização para resolver os problemas. Isso é impensável nos dias de hoje. A consideração 10, que pode chocar algumas pessoas.

Nós não temos problemas de tecnologia, nós não temos problemas de falta de informação. Esse não é nosso problema. Eu não sou ingênuo de afirmar, ah, sim, isso não vai ter custo.

Claro que vai ter custo, entendeu? Mas, se você for pensar bem, qualquer recurso tecnológico que você precise utilizar, se você tiver dinheiro, você vai resolver.

Informação, nós não temos problema de informação. Nosso problema é de sistematização de informação, é de organização da informação.

Nós não temos falta de informação, nós só não conseguimos achá-la, é diferente. Bom, e aí vamos para a consideração número 11, que é a seguinte, e aqui eu faço, aproveito para fazer uma homenagem, porque essa ideia de potencializar o informativo do arquivo, ela vem da Maria Odila Fonseca, que é uma professora já falecida da Universidade Federal Fluminense, então, aproveito essa indicação dela, porque ela diz o seguinte, olha, o potencial informativo do arquivo, ele tem que ser visto por dois ângulos, a informação que está contida no documento e a informação que é resultado do vínculo entre os documentos, ou seja, do que se chama de informação contextual. Então, olha só, pelo amor de Deus, isso daqui é apenas uma indicação, não é uma afirmação fechada.

Quando você pega o arquivo pelo valor primário, ou seja, os documentos no arquivo corrente intermediário, prevalece, predomina uma busca pelo documento individual. Eu não sei se na experiência de vocês, vocês conseguem visualizar isso, mas na minha experiência, o que eu vejo é que no arquivo corrente intermediário, quando se busca, se busca pelo documento individualmente, aquele processo, aquele memorando, aquele ofício, aquele relatório, quando você trabalha com o valor secundário, ou seja, no arquivo permanente, já é um pouco diferente, se busca informações sobre alguma coisa. Então, como é que você consegue isso? Pela relação entre os documentos, por esse vínculo entre os documentos.

Então, há uma predominância nesses dois momentos. Bom, e aí, o que acontece? Nós vamos precisar equacionar isso, porque nós temos que atender a essas duas situações. A consideração 12 é que a classificação isoladamente não garante precisão na recuperação da informação contida nos documentos.

E aqui, eu mostro a estrutura do código de classificação do CONARQ. Ali, eles estão chegando, olha, uma, duas, três, quatro, cinco, seis desdobramentos. E, mesmo assim, eu ainda trabalho, o que eu estou privilegiando ali? O contexto, e não o documento individualmente.

Eu não consigo fazer um acesso efetivo com essa estrutura. Mas isso é a limitação da própria classificação. Bom, aqui, outro exemplo.

E eu estou mostrando o código de classificação do CONARQ, porque minha experiência toda é na administração pública federal. E o código de classificação é o instrumento utilizado, não estou fazendo julgamento de valor. Não estou nem discutindo aqui se ele é bom ou não é, é o instrumento que é utilizado e ponto.

Bom, a 13 é que o método funcional utilizado para se fazer classificação, ele é pacificado na literatura arquivística. Isso a gente vê desde Schellenberg, o Conselho Internacional

de Arquivos fala isso, a Luciano Durante fala isso, então, eu tomo isso como pacificado na literatura. A consideração 14, que ela é mais importante.

Não existe sistema em uma organização com tamanha capilaridade como o sistema de gestão de documentos. Não há sistema nenhum, até hoje, que consiga penetrar em todas as unidades de uma organização como o sistema de gestão de documentos. Do nível mais alto ao nível mais elementar da estrutura organizacional.

Então, essa é uma chance que nós não podemos perder. Isso nos dá uma condição fantástica de trabalho. A consideração número 15, que essa é importante também, que a forma como as pessoas buscam informações no Google, de certa forma, moldou as expectativas das pessoas nos outros sistemas de informação.

Nós não podemos esquecer desse aspecto. De novo, eu não estou fazendo julgamento de valor aqui, não. Depois eu vou até fazer, mas, nesse momento, é só uma constatação.

A consideração número 16, e a última, é que a inserção da tecnologia na produção, armazenamento e disseminação da informação contido nos documentos de arquivo, tem que permitir um salto qualitativo em termos de organização e recuperação da informação. Nós também não podemos desperdiçar toda essa potencialidade que a tecnologia nos dá. E aí chegamos à proposta, que foi construída com base nessas considerações que eu fiz para vocês.

E essa proposta vem sendo construída pouco a pouco. E é um percurso de idas e vindas. Então eu vou apresentar como se fosse algo linear, mas não é, efetivamente não é. E a primeira coisa, eu vou ter que chamar, pedir ajuda aos universitários.

Ou seja, eu vou ter que chamar para essa discussão as funções classificação e descrição. Por quê? A classificação, que eu entendo que tem três objetivos, e, de novo, não estou fazendo nenhuma indicação de valor em termos dos objetivos, ela tem como objetivo recuperar, ela tem como objetivo fundamentar as outras funções arquivísticas e ela tem como objetivo preservar o vínculo arquivístico. E a descrição, ela tem como objetivos o controle e o acesso.

Então são essas duas funções que a gente vai ter que chamar para conversar para resolver esses problemas que nós estamos apontando. Bom, outra coisa que a gente precisa esclarecer é o seguinte, quando se fala de descrição, criou-se um mito de que descrição é uma atividade do arquivo permanente. Em lugar nenhum existe essa determinação.

Inclusive, essa Oliveira, é a Lúcia Veloso de Oliveira, que foi presidente da falecida AAB, que é uma tese de doutorado dela, onde ela tem só um capítulo só para falar exatamente isso, que não há nenhuma vinculação da descrição com o arquivo

permanente. A descrição, ela atua em qualquer fase arquivística. E aí também, onde se encontra a nossa proposta? Se você for pegar os processos de gestão de documentos que são apontados pela ISO 15489, nossa proposta se enquadra dentro de dois daqueles processos, o processo de registro e o processo de organização lógica para recuperação, classificação e indexação.

Bom, qual é a nossa proposta? Não tem nenhuma novidade nisso. A integração da gestão de documentos e da gestão da informação em um único conjunto de esforços a partir da recuperação das informações contidas nos documentos de arquivo. Agora, como na prática nós estamos pensando em fazer isso? Relacionando três instrumentos, o plano de classificação, uma lista de termos controlados e uma linguagem documentária, ou seja, utilizando a tecnologia.

This file is longer than 30 minutes.

[Go Unlimited](#) at [TurboScribe.ai](#) to transcribe files up to 10 hours long.